



FLS 09

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO**

**PROTOCOLO SIC** [REDACTED]

**UNIDADE:** Procuradoria Geral do Estado - PGE

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**DECISÃO OGE/LAI n.º 141/2016**

1. Tratam os presentes autos de pedido formulado à Procuradoria Geral do Estado – PGE, número SIC em epígrafe, no qual o recorrente questiona quanto aos critérios utilizados pela CPOS para demissões de empregados concursados, de janeiro a março de 2016.
2. O ente demandado manifestou-se apenas em recurso hierárquico, respondendo tratar-se de questão de competência da Companhia, sugerindo que o pedido de acesso fosse feito a ela diretamente.
3. Insatisfeito, interpôs recurso de competência desta Ouvidoria Geral do Estado, conforme estipulado pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015, alegando não ter recebido o arquivo anexado à resposta.
4. A manifestação da PGE não merece reparos. Com efeito, a análise do caso concreto deixa claro que o pedido inaugural formulava consulta com vistas a obter posicionamento a respeito de atos praticados pela mencionada Companhia. Tal pretensão desborda do âmbito de aplicação da Lei de Acesso à Informação, conforme entendimento já consolidado desta Ouvidoria Geral do Estado e também da Controladoria Geral da União: “a Lei de Acesso à Informação não ampara a formulação de consultas, reclamações e denúncias, bem como pedidos de providências para a Administração Pública Federal ou solicitações de indenizações. Os pedidos de acesso devem veicular, única e exclusivamente, o acesso a dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato”. (Referência: 48700.000688/2014-71, Órgão ou entidade recorrido: ANEEL. Recorrente: A.L.S.S).
5. Por sua vez, o apelo dirigido a esta Ouvidoria Geral não atende aos requisitos para apreciação recursal, uma vez que a Lei Estadual n. 10.177/98, em seu artigo 43, III, é cristalina ao exigir a necessidade de “exposição, clara e completa, das razões da inconformidade”. No caso concreto, insurge-se o recorrente não contra eventual

5



OGE  
P.S. 10

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

negativa de acesso – o que levaria ao conhecimento do recurso –, mas apenas ante suposta ausência de arquivo anexado, o que, na verdade, não ocorreu, considerando que esta Ouvidoria Geral abriu e imprimiu o arquivo publicado pela PGE. Ademais, vislumbra-se pelos protocolos SIC n. 42865163935, 43785163938 e 43990163939, que o recorrente já fez o mesmo questionamento a três setores da CPOS, tendo obtido respostas.

6. Diante do exposto, prestadas as informações pertinentes pelo ente demandado e ausente pretensão recursal aduzida nos moldes previstas na legislação vigente, **não conheço do recurso**, tendo em vista o não preenchimento dos requisitos trazidos pelo artigo 43, III, da Lei Estadual 10.177/1998, restando, ainda, desatendidas as hipóteses recursais estipuladas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 25 de abril de 2016.

  
**GUSTAVO UNGARO**  
OUVIDOR GERAL DO ESTADO